

# PROGRAMMA

DAS

DOCTRINAS QUE TEM DE SER EXPLICADAS E ENSINADAS

NA

SEXTA CADEIRA DA FACULDADE DE DIREITO

PELO

**Dr. José Augusto Sanches da Gama**

LENTE CATHEDRATICO DA MESMA CADEIRA



COIMBRA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE

1885

# PROGRAMMA

DAS

DOUTRINAS QUE TEM DE SER EXPLICADAS E ENSINADAS

NA

SEXTA CADEIRA DA FACULDADE DE DIREITO

---

## PARTE II

DA ACQUISIÇÃO DOS DIREITOS

### LIVRO I

Dos direitos originarios, e dos que se adquirem por facto e vontade propria, independentemente da co-operação d'outrem

#### TITULO I

Dos direitos originarios

---

**1. Razão de ordem.** Breve exposição do plano adoptado pelo auctor do codigo civil. O *sujeito do direito* considerado sob o ponto de vista do seu *poder* ou *autonomia*, e da sua *acção*.

Natureza do ente juridico (*capacidade*). Seus meios de vida (*acquisição*). Fruição d'esses meios (*propriedade*). Conservação d'esses meios (*violação e defeza dos direitos*).

**2. Acquisição dos direitos.** Modos originarios e derivados de adquirir. (a) Por facto proprio, sem a cooperação d'outrem (*occupação, posse, prescrição e trabalho*). Cod. Civ. Parte II L. I, tit. III, tit. IV cap. I e II e tit. V. b) Por facto proprio e facto

alheio conjunctamente (*contractos*). Cod. Civ. Parte II L. II. c) Por mero facto alheio (*gestão de negocios e successão testamentaria*). Parte II Liv. III, tit. I. e tit. II, cap. II, d) E por mera disposição da lei (*successão legitima*). Cod. Civ. Parte II L. III, tit. II, cap. III, e art. 1735.

**3. Dos direitos originarios.** Será este assumpto *inutil e extra-nho* a um codigo civil? Opinião de A. Herculano e Dias Ferreira. Razões justificativas adduzidas pelo auctor do Codigo.—Cod. Civ. art. 4, 6, 2367 e 2370. Natureza e characteristics d'estes direitos. Podem todos resumir-se e consubstanciar-se n'um unico direito: —o *direito de existencia* ou de personalidade. Definição e ideia geral d'estes direitos. Direito de *liberdade*, sua indole e natureza. Que elementos comprehende? Direito d'*associação*: —noção e characteristics d'este direito. Direito d'*apropriação*, e modos por que o direito civil o reconhece. Direito de *defeza*; em que consiste. É o complemento legitimo de todos os direitos. Cod. Civ. art. 12 e 2361 e seguintes; e art. 359 e 368.

**4. Das cousas e suas differentes especies.** Definição de *cousas*. Cod. Civ. art. 369. Diferença entre *cousas* e *bens*. Sua classificação. Cod. Civ. artt. 372, 373 a 379. Insufficiencia da classificação indicada n'estes artigos, e necessidade de a completar. Divisão das cousas em: a) *Corporeas* e *incorporeas*. b) *Susceptiveis* e *não susceptiveis d'appropriação*. Cod. Civ. artt. 370 a 372. c) *Fungiveis* e *não fungiveis*. Ord. L. 4 tit. 53; Cod. Civ. artt. 1506, 1507, 1633, 1636 e 1637. d) *Principaes* e *accessorias*. Cod. Civ. artt. 375, 401, 2289 e seguintes. e) *Divisiveis* e *indivisiveis*. Cod. Civ. artt. 731, n.º 2, 1566, 2145 e 2183. f) *Moveis* e *immoveis*. Cod. Civ. artt. 373 a 378. Importancia d'esta divisão. Cod. Civ. artt. 524, 529, 532, 856, 884, 889, 890 e 1596. g) *Publicas*, *communs* e *particulares*. Cod. Civ. artt. 379 a 382.

3 lições.

**5. Da occupação.** Definição e requisitos d'este direito. Objectos sobre que pode recahir. Cod. Civ. art. 383. *Direito de dar caça aos animaes bravios*. L. de 10 de julho de 1766. Cod. Civ. art. 384. Restricções d'este direito. Tem por fim: a) Garantir o direito de propriedade. Cod. Civ. artt. 384 a 387 e 389 a 392. b) Regular o direito de occupação. Cod. Civ. artt. 388 e 389. c) E proteger as especies. Cod. Civ. art. 393.

**6. Da pesca.** Disposições do nosso direito antigo. Ord. L. 5,

tit. 88; Resol. de 9 de setembro de 1773, e Decr. de 6 de maio de 1802 e de 6 de nov. de 1830. Exercício d'este direito. Cod. Civ. artt. 395, 397 e 399. Restricções. Cod. Civ. artt. 396 e 398; Cod. Adm. de 1878 art. 104.

**7.** *Occupação dos animaes bravios que voltaram d sua natural liberdade.* Cod. Civ. art. 400. Dos animaes habituados a certa guarida ordenada por industria do homem. Cod. Civ. artt. 401 e 402. Fundamento d'estas disposições. Occupação dos animaes ferozes e maleficos evadidos da clausura. O direito de os occupar não está sujeito a restricções. art. 403. Motivos que justificam esta providencia.

3 lições.

**8.** *Occupação dos animaes domesticos.* Os abandonados pertencem desde logo ao inventor. Cod. Civ. art. 404. Direitos e obrigações do inventor de animaes perdidos ou extraviados. Cod. Civ. artt. 405 a 409. Responsabilidade civil e penal do inventor que não cumprir estas obrigações. Cod. Civ. art. 410; Cod. Pen. art. 423; Nov. Ref. Penal art. 91. *Occupação das cousas moveis abandonadas.* Cod. Civ. artt. 411 e 412. *Occupação das cousas moveis perdidas.* Ord. L. 1 tit. 26; Decr. de 13 de agosto de 1832, art. 1; Cod. Civ. artt. 413 a 420 e Cod. Pen. e Nov. Ref. Penal art. cit.

**9.** *Occupação dos thesouros e cousas escondidas.* Definição de thesouro e suas características. Obrigações do inventor. Cod. Civ. artt. 422, 406, 407 e 423. Direitos do inventor e do proprietario do predio em que for achado o thesouro. Cod. Civ. artt. 423 e 424. Modos diversos por que a legislação romana regulou estes direitos. Cod. Theodos., liv. 10, tit. 18, constit. 2.<sup>a</sup>; Instit. de rer. divis. § 39; L. un. Cod. de thesaur. Disposição do projecto do Cod. Hespanhol, art. 395. Appreciação d'esta doutrina.

**10.** Responsabilidade do inventor, que, sem a devida auctorisação, procura thesouros: a) Em predio particular alheio. Cod. Civ. art. 425. b) Em predios municipaes, ou do estado. Cod. Civ. art. 426. c) Ou que se apropria do thesouro, em prejuizo de terceiro. Cod. Civ. art. 427; Cod. Pen. artt. 421 e 423; Nov. Ref. Pen., art. 91.

2 lições.

**11.** *Da posse.* Estado do direito patrio, ao tempo da promulgação do codigo. Noção de posse. Cod. Civ. art. 474. O que

sejam *actos facultativos* e de *mera tolerancia*. Porque não constituem posse? Correspondem à posse adquirida *precario*. L. 4 §§ 25 e 26 e L. 31 § 4 D. *de usucap.*; Cod. Civ. art. 474, § 1.º; Cod. Civ. Fr. art. 2232; Proj. do Cod. Hesp. art. 1950. Conservação da posse. Cod. Civ. art. 474 § 2.º e art. 482; L. 3 § 9 e L. 25 D. *de adquir. vel amitt. possess.*

**12.** *Classificação da posse:* — a) De *boa e de má fé*. Cod. Civ. artt. 475 e 476. Importancia e effeitos d'esta divisão. Cod. Civ. artt. 494 e 496; 495 e 497; 498 e 500; 526 e 527; 528, 529 e 532. A posse presume-se de *boa fé*. Cod. Civ. art. 478; Cod. Civ. Fr. art. 2268. Excepções. Cod. Civ. artt. 487, 495 § 4 b) Em *nome proprio* e em *nome alheio*. Cod. Civ. artt. 477 e 481; Cod. Civ. Fr. art. 2230.

## 2 lições.

**13.** *Cousas que podem ser objecto de posse*. Cod. Civ. art. 479. Pessoas que a podem adquirir. Cod. Civ. artt. 480 e 507, n.º 1. Perda da posse: a) Voluntariamente. Cod. Civ. art. 482, n.º 1 e 2. b) Necessariamente. Cod. Civ. art. 482, n.º 3 e 4; 472 § 2 e 717 § 1. Deverá o anno da nova posse contar-se em conformidade com a regra geral do artigo 560? Cod. Civ. art. 487, 504 § un., 390 § 3.º; 688 e 690, 482 § un. e 536.

**14.** *Transmissão da posse aos herdeiros e successores*. Alv. de 9 de nov. de 1754 e Ass. de 16 de fev. de 1786; Proj. do Cod. Hesp. art. 554. Modo como se verifica essa transmissão. Cod. Civ. artt. 483, 1736, 1737 e 2011. Applicaçào d'esta doutrina à contagem do praso da prescripção.

**15.** *Acções possessórias*. Cod. Civ. art. 484. Disposições do direito anterior. L. 1 § 9 D. *uti possid.*; Ord. L. 3, tit. 48, e tit. 78, e L. 4 tit. 58; Nov. Ref. Jud., art. 281. Direitos do possuidor: a) De se precaver contra a preturbação ou esbulho. Ord. L. 3 tit. 78 § 5; Cod. Civ. art. 485; Cod. do Proc. Civ. art. 492. b) E de se manter e fazer restituir à sua posse. Cod. Civ. artt. 486 e 487; Cod. do Proc. Civ. artt. 493 e 494. Tempo que deve durar a posse, para servir de fundamento a estas acções. Cod. Civ. artt. 488 e 489. Excepção. Cod. Civ. art. 488; Cod. do Proc. Civ. art. 495.

**16.** *Do desfôrço pessoal*. Ord. L. 4 tit. 58 § 2.; Cod. Civ. art. 486. Casos em que é permitido. Cod. Civ. artt. 486, 2354, 2367 e

2370; Proj. do Cod. Civ. artt. 578, 2561, 2641 e 2644; Act. das Sess. da Commiss. Revis., de 14 de janeiro de 1861; Cod. do Proc. Civ. art. 493.

3 lições.

**17. Efeitos da manutenção e restituição da posse.** Cod. Civ. artt. 492, 482 n.º 4, 552, n.º 1; 493, 745 e 1571. Casos em que não são applicaveis estas acções. Cod. Civ. artt. 490, 2267, 2270 2273 e 474 § 1; Cod. Civ. Fr. art. 691; Proj. do Cod. Hesp. art. 538. Responsabilidade pelas deteriorações e perda do objecto: a) Quanto ao possuidor de boa fé. Cod. Civ. art. 494; L. 31 § 3 D. *de haeredit. petit.*; Proj. do Cod. Hesp. art. 434. b) Quanto ao possuidor de má fé. Cod. Civ. artt. 496, 705 e 717 § 1. Fundamento d'estas disposições.

**18. Direito do possuidor de boa fé aos fructos.** O que sejam e suas especies. Cod. Civ. art. 495. Responsabilidade do possuidor de má fé pela sua integral restituição. Ord. L. 2 tit. 53 § 5; Cod. Civ. art. 497.

**19. Das despesas e bemfeitorias.** Sua noção e divisão. Direito do possuidor á importancia das despesas necessarias. Cod. Civ. art. 498. Direito de retenção. Cod. Civ. artt. 498; 860 n.º 3 e 861 n.º 2; 1349, 1407, 1414, 2251 e 1450 § un. Compensação das despesas com o valor liquido dos fructos. Cod. Civ. art. 498; Proj. do Cod. Hesp. art. 432; Ord. L. 4, tit. 48, § 7 e L. 3, tit. 86 § 5. Direito de levantamento das bemfeitorias uteis. Cod. Civ. art. 499 § 1, 2 e 3. Modo de calcular o seu valor. Cod. Civ. art. 499, § 4. Motivos justificativos d'esta providencia.

**20. Direito do possuidor de boa fé ds bemfeitorias voluptuarias.** Cod. Civ. artt. 500 e 502. Apreciação da possibilidade de detrimento. Cod. Civ. art. 500, § 2. Compensação das bemfeitorias com as deteriorações. Cod. Civ. artt. 765, 501 e 2220. Melhoramentos estranhos á intervenção do evicto. Cod. Civ. art. 503; Proj. do Cod. Hesp. art. 433.

3 lições.

**21. Da prescrição em geral.** Noção e fundamento. d'este direito. Suas especies. Cod. Civ. art. 505; Proj. do Cod. Hesp. art. 1933; Cod. Civ. Fr. art. 2219. Breve noticia historica da prescrição: a) Segundo o direito romano. L. 3 D. *de usurpat. et. usucap.*; L. un. Cod. *de usucap. transf.* b) Segundo o direito

canonico. Cap. 5 e cap. ult. X *de prescript.* c) Segundo o direito patrio. L. de D. Diniz de 1399; Ord. Alf. L. 4, tit. 49 e tit. 108; Ord. Man. L. 4 tit. 33 e L. 4 tit. 80; L. de 4 de fevereiro de 1534; Ord. Philip. L. 4 tit. 79. d) Segundo os codigos modernos. Cod. Civ. Fr. artt. 2240, 2241 e 2262; Cod. da Austr. art. 147; Cod. da Pruss. part. 1 tit. 9 art. 569; Cod. da Sard. artt. 2375 e 2376. Tentativas de C. da Rocha para demonstrar que se devia julgar *antiquada e inexactivel* a disposição da Ord. L. 4 tit. 79. Influencia da sua opinião nas decisões dos tribunales.

1 lição.

**22.** *Cousas e direitos que podem ser objecto de prescrição* Cod. Civ. art. 479, 550, 551 e 1152; Cod. Civ. Fr. art. 2226 e Proj. do Cod. Hesp. art. 1937. A quem aproveita? artt. 507 e 480. Renuncia d'este direito. Cod. Civ. artt. 508 e 1556; Cod. Civ. Fr. art. 2220; Proj. do Cod. Hesp. art. 1940. Fundamento d'estas disposições. Direito dos credores e das pessoas legitimamente interessadas em fazer valer a prescrição; Cod. Civ. art. 509 e 1033 a 1038; Cod. Civ. Fr. art. 2225; Proj. do Cod. Hesp. art. 1942. Da posse em nome alheio. Cod. Civ. artt. 510 e 552 n.º 4; Cod. Civ. Fr. artt. 2236 e 2238; Proj. do Cod. Hesp. art. 1948. Inversão do titulo. Cod. Civ. art. 510, § un.

**23.** *Efeitos da prescrição:* a) Adquirida por um de varios compossuidores. Cod. Civ. art. 511. Proj. do Cod. Hesp. art. 1939. b) Por um de varios comproprietarios, em relação aos accessorios da propriedade. Cod. Civ. artt. 512 e 2176; Act. da sessão da Commiss. revis. de 25 de janeiro de 1861. c) Por um de varios convededores solidarios. Cod. Civ. artt. 513, 752, 756 e 535. d) Pelo devedor principal, em relação aos fiadores. Cod. Civ. artt. 513, § un., 848 e 854. Termos e circumstancias, em que pôde ser opposta a prescrição. Cod. Civ. artt. 514, 509, 949 e 994; Cod. do Proc. Civ. art. 3, n.º 4 e § 3.º n.º 2. Os juizes não a podem supprir de officio. Porque? Cod. Civ. art. 515; Cod. Civ. Fr. art. 2223; Proj. do Cod. Hesp. art. 1943; Cod. Pen. art. 126 e Ref. Penal, art. 88 n.º 2.

**24.** *Prescrição dos bens immobiliarios.* Seus requisitos: a) *Posse titulada.* Cod. Civ. art. 517, n.º 1 e art. 518; § 11 Inst. de *usucap.*; L. 27, D. de *usucap.*; L. 24 C. de *reivindicat.* Prova da existencia do titulo. Cod. Civ. artt. 518 e 532. b) *De boa fé.* L. 48, § 1. D. de *adquir. rer. domin.*; Ord. L. 4, tit. 3 § 1 e tit. 79 pr. Cap. fin. X *de prescript.*; Cod. Civ. Fr. art. 2269;

Cod. Civ. art. 517, n.º 2 e art. 520. c) *Pacifica*. O que seja? L. 3 § 4, L. 4 § 25 e 26. D. de *usucap.*; Cod. Civ. Fr. art. 2233; Proj. do Cod. Hesp. art. 1947; Cod. Civ. art. 517, n.º 3 e 521. d) *Continua*. Cod. Civ. art. 517, n.º 4 e 552. e) *Publica*. Cod. Civ. artt. 517, n.º 5 e 523.

**25.** *Registo da mera posse*. Provisorio. Cod. Civ. art. 525. Definitivo. Cod. Civ. artt. 524, 949 e 978; Reg. de 28 de abril de 1870 artt. 126 a 134; Cod. do Proc. Civ. art. 195. Vantagens do registo provisorio. Cod. Civ. art. 526, n.º 1, 527 e 973.

4 lições.

**26.** *Da prescrição das cousas moveis*. Instit. de *usucap.* pr.; Cod. Civ. Fr. art. 2279; Proj. do Cod. Hesp. art. 1962. Requisitos e fundamento d'esta prescrição. Cod. Civ. art. 532. Prescrição das cousas moveis perdidas ou obtidas por algum crime ou delicto. Cod. da Austr. art. 1476; Proj. do Cod. Hesp. art. 1962; Cod. Civ. artt. 533, 405 a 408 e 413 a 420. A prescrição de 10 annos aproveitará ao inventor que não fizer as diligencias indicadas n'aquelles artigos? Cod. Civ. artt. 410 e 420; Cod. Pen. artt. 423 e 125; Nov. Ref. Pen., artt. 91 e 88, n.º 2; 90 e 80 § 9. Direito do que comprou o objecto em praça ou mercado publico, ou a negociante de objectos do mesmo genero. Cod. Civ. Fr. art. 2280; Proj. do Cod. Hesp. art. 1962; Cod. Civ. art. 534.

**27.** *Da prescrição negativa*. Noção e characteristics. Boa fé na prescrição negativa, em que consiste? Cod. Civ. art. 535 § un. Prescrição de 20 e de 30 annos. Cod. Civ. art. cit. Se aproveitam ambas ao devedor originario? Desde quando se conta o praso d'estas prescrições? Cod. Civ. artt. 536, 765, § 2; 739, 741, 743, 1510 e 1513; 743, 1511, 1526 e 1527. Obrigações imprescriptiveis. Ord. L. 1 tit. 68, § 32; L. de 9 de julho de 1773, § 12; Cod. Civ. artt. 537 e 2345.

**28.** *Das prescrições de curto praso*. Seu fundamento especial. Ord. L. 4, tit. 32 e § 1.º; tit. 79, § 18; tit. 84, § 30 e tit. 92, § 18; Cod. Civ. Fr. art. 2271 e seguintes. Condições e prazos em que se verificam. Cod. Civ. artt. 538 a 541 e 544. Direito do credor a requerer que o prescribente jure, se a divida foi ou não paga. Cod. Civ. art. 542. Effeitos da recusa do prescribente. Ord. L. 3, tit. 59, §§ 5 e 6 e L. 4 tit. 19 § 2.º; Cod. Civ. art. 2525, e Cod. do Proc. Civ. art. 225. A que pessoas poderá ser deferido



este juramento? Cod. Civ. art. 542, 2523, 224, n.º 17 e 2520; art. 2014, 223, n.º 1, 321 e 509; Cod. Civ. Fr. art. 1359; Cod. Com. art. 423, n.º 3.

3 lições.

**29.** *Prescrição de cinco annos do art. 543.* Seu fundamento. Estará sujeita á regra geral dos artigos 515 e 552? Cod. Civ. art. 1642 e 1684. Prescrição das obrigações com juro ou renda. Cod. Civ. art. 545, 552, n.º 4 e 559. Prescrição da obrigação de dar contas e do resultado liquido das mesmas. Cod. Civ. artt. 546, 249, 321 e 253; Proj. do Cod. Hesp. art. 1938. Prescripções especiaes exceptuadas das disposições dos artigos anteriores. Cod. Civ. artt. 107, 109, 112, 127, 353, 390, § 3.º, 429, § un. 433, 487, 632, 635, 688 a 690 e 1045.

**30.** *Suspensão da prescrição.* O que seja? Seus effeitos. Disposições do direito anterior. L. 1 § 2. Cod. *de ann. except.*; Ord. L. 3, tit. 9; Cod. Civ. Fr. art. 2255 e 2256. Modificações feitas pelo Codigo civil, nos artigos 548 a 551. Apreciação d'estas disposições.

**31.** *Interrupção da prescrição.* O que seja? Em que differe da suspensão da prescrição? Ord. L. 4, tit. 79, § 1.º Cod. Civ. art. 559. Interrupção natural. L. 5 D. *de usucap.* e L. 17 D. *de adquir. vel amitt. possess.* Cod. Civ. art. 552, n.º 1.º e 4.º; 482 n.º 1.º e 3.º e 487; 474, § 1.º e 860 § 1.º. Cod. Com. art. 896; Cod. Civ. Fr. art. 2248. Interrupção civil. Cod. Civ. art. 552, n.º 2.º Ord. L. 4, tit. 79, § 1. Noviss. Ref. Jud. artt. 301 e 304; Cod. Civ. art. 552, n.º 3; Noviss. Ref. Jud. art. 298; Cod. do Proc. Civ. artt. 364 e 368, 357 e 390.

**32.** *Effeitos da interrupção da prescrição:* a) Em relação aos devedores solidarios. Cod. Civ. artt. 554 e 513. b) Em relação aos devedores não solidarios. Cod. Civ. art. 557. c) Em relação aos herdeiros. Cod. Civ. artt. 555, 757 e 2115. d) Em relação ao fador. Cod. Civ. Fr. art. 2250, Cod. Civ. artt. 556, 818, 848, 830, e 833. e) Em relação aos credores solidarios. Cod. Civ. Fr. art. 1199, Cod. Civ. artt. 558, 750 e 751. Será a doutrina do artigo 558 applicavel á *suspensão da prescrição*? Cod. Civ. artt. 550, 695, 756, 822, 854 700.

3 lições.

**33.** *Modo de contar o tempo da prescrição.* Cod. Civ. Fr.

art. 2260; Cod. Civ. art. 560, 561 e 562. Fundamento d'estas providencias. Quando se considera finda a prescripção, sendo o ultimo dia feriado? Cod. Civ. art. 563, Cod. da Sard. art. 2396; Proj. do Cod. Hesp. art. 1945. Apreciação d'esta doutrina. Cod. Civ. Fr. art. 2261; Ord. L. 3, tit. 18 pr., L. 3, tit. 1, § 17; No-viss. Ref. Jud. art. 204 § un. e art. 856; Cod. do Proc. Civ. art. 66.

**34. Disposições transitórias.** Regra geral ácerca das prescripções começadas antes da promulgação do Codigo civil. Cod. Civ. art. 564 e art. 8; Cod. Civ. Fr. art. 2281; Proj. do Cod. Hesp. art. 1980 (1.<sup>a</sup> parte). Modo de regular o direito declarado imprescriptivel. Cod. Civ. art. 565; Corr. Telles, *Acções*, § 282, Cod. Civ. art. 2344. Como se deverão completar as prescripções, para as quaes o codigo estabelece praso mais curto? Cod. Civ. art. 566; Proj. do Cod. Hesp. art. 1980, (2.<sup>a</sup> parte); Ord. L. 4, tit. 79; Cod. Civ. art. 535. Complemento das prescripções, para as quaes foi, por excepção, estabelecido praso mais longo. Cod. Civ. art. 566, § un.; Ord. L. 4, tit. 79, § 18; tit. 84, § 30; tit. 92, § 18; Cod. Civ. art. 539, § 2.<sup>o</sup> e 540.

2 lições.

**35. Dos contractos e obrigações em geral.** Noção de contracto. Cod. Civ. art. 641. Classificação dos contractos. Cod. Civ. art. 642. Condições essenciaes para a sua validade: *a)* Em geral. Cod. Civ. art. 643. *b)* Em especial. Cod. Civ. artt. 855 e 858; 1432 e 1544.

**36. Capacidade dos pactuantes.** Pessoas que podem contractar. Cod. Civ. art. 644; Cod. Civil Fr. art. 1123; Proj. do Cod. Hesp. art. 986. Excepções. Cod. Civ. artt. 98 e 99; 334 e 335; 349; 1193 e 1200. Contractos celebrados em nome de outrem: *a)* Por pessoa devidamente auctorisada. Cod. Civ. art. 645, 1318, 1332 e 1740. *b)* Sem a devida auctorisação. Cod. Civ. art. 1351, 1723, 1726 e 1730.

**37. Do consentimento.** Seus requisitos. Cod. Civ. art. 642 a 649. Sua manifestação. Cod. Civ. artt. 648, 2027 e 2028; 2021 e 2026; 660 e 779, n.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup>. Da acceitação: *a)* Entre presentes. Cod. Civ. art. 650. *b)* Entre ausentes. Cod. Civ. artt. 651 e 652. Responsabilidade do proponente. Cod. Civ. art. 653; Cod. Com. art. 252; Cod. da Austr. art. 682. Responsabilidade dos herdeiros do proponente. Cod. Civ. art. 655. Excepções. Cod. Civ. artt. 2014, 1299 e 1300; 1363.

2 lições.

**38.** *Dos vícios do consentimento e seus efeitos.* Cod. Civ. artt. 656, 689 e 690. Do *erro*, e dos modos por que pôde influir na validade dos contractos. Cod. Civ. art. 657. Erro de *direito* e erro de *facto*. Cod. Civ. art. 658. Do erro de direito, segundo a legislação anterior. L. 7 e 8. D. *de jur. et fact. ignorant.*; Ord. L. 1, tit. 79. Seus efeitos. Cod. Civ. artt. 659 e 758; Cod. Com. art. 870. Do erro de facto sobre a causa do contracto. O que seja? Quando produz nullidade? Cod. Civ. art. 660. Erro sobre o objecto, ou qualidades do objecto do contracto. Cod. Civ. art. 661. Do erro ácerca da pessoa com quem se contracta, ou em attenção á qual se contracta. Cod. Civ. art. 662.

**39.** *Do erro proveniente de dolo ou má fé.* Sua definição e características. Cod. Civ. art. 663. Seus efeitos. Cod. Civ. artt. 663 e 697, § 2.º. Erro geral e commum. L. 3 D. *de oper. proct.* Ord. L. 3, tit. 63 e L. 4, tit. 80 pr.; Cod. Civ. art. 664.

2 lições.

**40.** *Da coacção.* O que seja? Quando produz a nullidade do contracto? Cod. Civ. art. 666; L. 3, § 1.º e L. 6 D. *quod met. causa*. Da coacção e do dolo, provenientes de terceiro não interessado no contracto. Cod. Civ. artt. 663 e 666. Motivos que justificam esta differença. Da coacção empregada contra *terceiros*. Cod. Civ. art. 666. Appreciação da disposição do Codigo civil francez art. 1113.

**41.** *Renuncia do direito de rescindir o contracto, em que intervenha dolo ou coacção.* Cod. Civ. art. 668 e art. 8; Ord. L. 4, tit. 13 § 9.º; L. 23 D. *de reg. jur.*; Proj. do Cod. Hesp. art. 1012. Ratificação do contracto infirmado por estes vícios. Cod. Civ. art. cit.; Cod. Civ. Fr. artt. 1115 e 1338.

1 lição.

**42.** *Possibilidade do objecto:* physica e legal. Modo de avaliar a impossibilidade physica. Cod. Civ. artt. 669 e 670. Causas que, por impossibilidade legal, não podem fazer objecto das convenções. Cod. Civ. artt. 671, 372 e 1556; Cod. Civ. Fr. artt. 1128 e 1129; Proj. do Cod. Hesp. artt. 994 a 996.

**43.** *Condições e clausulas dos contractos.* Características que as distinguem, é principio geral por que se regem. Cod. Civ. art. 672. Excepção. Cod. Civ. art. 672 § un., 1671, 1694 e 543; Ord. L. 4, tit. 38, § 1.º. Seu fundamento.

**44. Da clausula penal.** Sua importancia e vantagens Ord. L. 4 tit. 48 § 1.º, e tit. 70 § 3.º; Cod. Civ. Fr. art. 1226 e 1227; Proj. do Cod. Hesp. art. 1080. Cod. Civ. art. 673. Direito dos pactuantes a fixar a sua importancia. Cod. Civ. art. 674; Ord. L. 4 tit. 70 pr. Modificação da pena convencional. Cod. Civ. art. 675; Proj. do Cod. Hesp. art. 1085. Direito de exigir o seu cumprimento. Cod. Civ. artt. 675, 676, 711 e 732; Cod. Civ. Fr. artt. 1228, 1229 e 1230.

**45. Das obrigações condicionaes.** Condições, suas especies e requisitos. Em que casos a condição se deverá suppôr verificada, ou não verificada? Cod. Civ. artt. 678, 679 e 681; Cod. Civ. Fr. artt. 1177 e 1178; Proj. do Cod. Hesp. artt. 1034 a 1036. Retro-actividade da condição. Cod. Civ. artt. 678 e 680; Proj. do Cod. Hesp. art. 1037. Direitos e obrigações dos estipulantes *pendente conditione*. Cod. Civ. art. 682; Cod. Civ. Fr. art. 1080; Proj. do Cod. Hesp. art. 1039. Das condições physica e legalmente impossiveis. Cod. Civ. art. 683 e 1743; L. 6, 15 e 27 D. *de condit. inst.*; Cod. Civ. Fr. art. 900 e 1172; Proj. do Cod. Hesp. artt. 709 e 1033.

3 lições.

**46. Interpretação dos contractos.** Elementos a que se deve soccorrer o interprete para determinar a intenção dos pactuantes: a) Sobre o objecto principal da convenção. Cod. Civ. art. 684. b) Sobre os seus accessorios. Cod. Civ. art. 685; Cod. Civ. Fr. artt. 1156 a 1164; L. 219 D. *de verb. sign.*; L. 34, 69 pr. e 114 D. *de legat.*; L. 67 D. *de divers. reg. jur.*; L. 31, § 20 D. *de aeditio edicto*.

**47. Da forma externa dos contractos.** O que seja? Disposições do direito anterior. L. 5. C. *de legibus*; Ord. L. 3. tit. 59 e L. 4 tit. 80; Ass. de 23 de julho de 1811 (n.º 325); Formalidades substanciaes e necessarias para prova dos contractos. Effeitos da sua preterição. Cod. Civ. artt. 686, 1920 a 1926; 627, 875, 1097, 1140, 1175, 1244 e 1250.

2 lições.

**48. Rescisão dos contractos.** Diferença entre nullidade simples e nullidade de direito. Cod. Civ. artt. 334 e 335, 349 e 785, § un. Acção de rescisão: a) Por incapacidade. Cod. Civ. artt. 688 e 299; 1058 a 1060, 1536 e 305; 334, 335 e 349. b) Por causa de erro Cod. Civ. art. 689. c) Por causa de coacção. Cod. Civ.

art. 690 *d*) Por se achar fóra do commercio o objecto do contracto. Cod. Civ. artt. 691, 371 e 372. Responsabilidade dos estipulantes, quando o contracto tem por causa ou fim algum facto criminoso ou reprovado. Cod. Civ. art. 692; L. de 1 de julho de 1867 art. 4; Cod. do Proc. Civ. art. 969; Proj. do Cod. Hesp. artt. 1192 e 1193. Imprescriptibilidade da excepção de nullidade de contracto. Cod. Civ. art. 693. Pessoas que podem intentar a acção e deduzir a excepção de nullidade. Cod. Civ. artt. 694, 1737, 854 e 822. Pessoas a que não aproveitam. Cod. Civ. art. 695; Proj. do Cod. Hesp. art. 1186.

**49. Ratificação dos contractos.** Cod. Civ. art. 696; Proj. do Cod. Hesp. art. 1187. Effeitos da rescisão do contracto: *a*) No caso de erro commum. Cod. Civ. art. 697, n.º 1.º *b*) Nos casos de erro proveniente de dolo ou má fé. Cod. Civ. artt. 697 § 2.º, 495 § 5.º e 497 *c*) Por causa de incapacidade. Cod. Civ. art. 698; Cod. Civ. Fr. art. 1312; Proj. do Cod. Hesp. art. 1191. *d*) Por se não achar auctorizado a contractar o representante do incapaz. Cod. Civ. artt. 699 e 224. Pessoas a que não aproveita a rescisão dos contractos. Cod. Civ. art. 700.

2 lições.

**50. Dos effeitos e cumprimento dos contractos** Sua força obri-  
gatoria; modos por que podem ser revogados ou alterados. Cod. Civ. artt. 702, 1105 e 1276; Cod. Civ. Fr. art. 1134. Responsabilidade pelas consequencias usuaes e legaes dos contractos. Cod. Civ. artt. 704, 684, 721; 1051 n.º 1.º, 1302, 1305, 1373 a 1375. Da responsabilidade por perdas e damnos. O que seja, e em que casos tem logar? Cod. Civ. artt. 705 a 707 e 709; 1516 e 1517. Responsabilidade civil. Cod. Civ. artt. 708, 672, 674, 1640 e 1642.

**51. Da prestação de factos.** Direitos do credor e responsabilidade do devedor. Cod. Civ. artt. 711, 712 e 713; Cod. do Proc. Civ. artt. 901, 902 e 907; Cod. Civ. Fr. artt. 1138, 1139, 1230, 1142, 1144 e 1145.

2 lições.

**52. Da prestação de cousas.** Em que póde consistir. Cod. Civ. art. 714. Alienação de cousa certa e determinada. *Inst. de empt. et vendit.* § 4.º; L. 20 C. de pactis; L. 4 D. de pericul. et comm. rei vendit; Ord. L. 4 tit. 7.º e 8.º; Alv. de 4 de nov. de 1810; Cod. Civ. Fr. artt. 1302 e 1583; Cod. Civ. art. 715. Alie-

nação de cousas indeterminadas. Cod. Civ. art. 716. Responsabilidade do alienante: a) Quando o objecto se deteriora ou perde, achando-se ainda em seu poder. Cod. Civ. art. 717. b) No caso de nova alienação. Cod. Civ. artt. 718, 1579 e 1580; Cod. Pen. art. 450, n.º 2.º; Ref. Pen. art. 91.

**53.** *Prestação de cousas que não envolve transferencia de propriedade.* Cod. Civ. artt. 719, 1516, 1517, 1608, 1634 e 2208. Pagamento d'uma certa quantia de dinheiro: diversas formas de pagamento. Cod. Civ. artt. 720, 706, 708 e 1640, § un.; 721, 702 e 2115; 722 e 765 § 1.º; 723 e 672; 724 a 732, 1640 e 1642.

**54.** *Das obrigações alternativas.* Suas características. A quem pertence a escolha? Cod. Civ. artt. 733, 734 e 1691; Cod. Civ. Fr. art. 1190; Proj. do Cod. Hesp. art. 1052. Modo de solução: a) Quando a escolha é do devedor. Cod. Civ. art. 733. b) Quando a escolha é do credor. Responsabilidade do devedor, verificando-se a perda d'um ou de ambos os objectos de obrigação. Cod. Civ. artt. 734 e 737; 735, 736 e 738.

3 lições.

**55.** *Do lugar e tempo da prestação.* Termo ou praso o que seja? Termo certo e incerto. Obrigações com praso certo. Cod. Civ. artt. 739, 672 e 702; 741, 742, 1510 e 1513. Este presume-se estipulado em favor do devedor. Cod. Civ. artt. 740 e 759, n.º 1.º e 2.º; Proj. do Cod. Hesp. art. 1047. Exigibilidade da obrigação antes do praso. Cod. Civ. art. 741; Cod. Civ. Fr. art. 1188; Proj. do Cod. Hesp. art. 1048. Confrontação e conciliação do artigo 741 com os artigos 825, 860, n.º 4.º e 901. Obrigações com termo ou praso incerto: desde quando são exigíveis? Cod. Civ. artt. 743, 711 e 1527; 1510, 1511 e 1526; Ord. L. 4 tit. 50 § 1.º Do lugar da prestação. Cod. Civ. artt. 739, 744; 745, 746, 704 e 1571; Cod. Civ. Fr. art. 1247.

2 lições.

**56.** *Pessoas que podem fazer a prestação.* Cod. Civ. artt. 747, 779 n.º 1.º e 2.º e 839; 754 e 938. Pessoas a que a prestação deve ser feita. Cod. Civ. artt. 748, 1737 e 2014; 137 e 138; 185, 224 n.º 15 e 243 n.º 8; 1332 e 1117. *Solidariedade*, o que seja? Direitos solidarios e obrigações solidarias: suas características e fundamento. Direitos e obrigações dos credores solidarios. Cod. Civ. artt. 750 e 751, 765, 802 e 835; Cod. Civ. Fr.

artt. 1197 e 1198; Proj. do Cod. Hesp. artt. 1060 e 1061; L. 2 D. *de duob. reis*. Direitos e obrigações dos devedores solidarios. Cod. Civ. artt. 752 e 835; 753 a 755, 513 e 854; Cod. do Proc. Civ. art. 327; Ord. L. 4. tit. 59 § 4; Cod. Civ. Fr. artt. 1204, 1208 e 1214; Proj. do Cod. Hesp. artt. 1063 e 1067. Responsabilidade dos herdeiros do devedor solidario. Cod. Civ. artt. 757 e 2115; Proj. primitivo do Cod. Civ. art. 845. *Pagamento indevido*. Responsabilidade de quem o aceita. Cod. Civ. artt. 758 e 705; Cod. Civ. Fr. art. 1376 e seguintes; Proj. do Cod. Hesp. art. 1088.

**57.** *Do pagamento por consignação judicial*. Seus requisitos, e casos em que é permittido. Cod. Civ. artt. 759 e 760; 721, 739, 744, 748 e 749; 243, n.º 8.º e 321; Cod. do Proc. Civ. artt. 195 e seguintes, 628 e 633; Cod. Civ. Fr. artt. 1257 e 1258. Seus effeitos. Cod. Civ. art. 761; Cod. do Proc. Civ. art. 634. Direito do devedor ao levantamento do deposito: a) Antes da acceitação do credor, ou do julgamento. Cod. Civ. art. 762; Cod. Civ. Fr. art. 1261; Proj. do Cod. Hesp. art. 1114. b) Depois do julgamento. Cod. Civ. art. 763; Cod. Civ. Fr. art. 1262; Proj. do Cod. Hesp. art. 1115. Despesas com o deposito. Cod. Civ. art. 764.

3 lições.

**58.** *Da compensação*. O que seja? Cod. Civ. art. 765. Seus requisitos. Cod. Civ. artt. 765, 1542 e 1543; L. 7. pr. D. *de compensat*; Ord. L. 4 tit. 78. Diferenças entre a compensação legal e a convencional. Casos em que não pode dar-se a compensação. Cod. Civ. artt. 767, 772, 775, 1431, 1435, n.º 2.º, 1438 e 854; Ord. cit. §§ 1.º, 2.º, 3.º e 5.º; Cod. Civ. Fr. artt. 1293, 1294 e 1298; Proj. do Cod. Hesp. art. 1127. Compensação de dividas de sommas deseguaes, ou pagaveis em logares diversos. Cod. Civ. artt. 766 e 776; Ord. cit. § in.; Cod. Civ. Fr. art. 1296; Proj. do Cod. Hesp. art. 1130. Ordem a seguir no desconto de varias dividas compensaveis. Cod. Civ. art. 770; Cod. Civ. Fr. art. 1297.

**59.** *Effeitos legais da compensação*. Cod. Civ. artt. 768 e 751. Pagamento da divida susceptivel de compensação. Cod. Civ. art. 769; Cod. Civ. Fr. art. 1299. Renuncia do direito de compensação. Cod. Civ. artt. 771 e 648. Effeitos da cedencia do credito compensavel: a) Quando o devedor annue á cedencia feita pelo credor. Cod. Civ. art. 773; Cod. Civ. Fr. art. 1295; Proj.

do Cod. Hesp. art. 1128. *b)* Quando o devedor n'ella não consente. Cod. Civ. art. 774. *c)* Quando se faz, sem que d'isso se haja dada noticia ao devedor. Cod. Civ. artt. 777, 791 e 792.

**60. Da subrogação.** Em que consiste? Subrogação convencional, legal, expressa e tacita. Cod. Civ. artt. 778, 779 e 780; 754, 831, 838, 839, 841, 938 n.º 1 e 2422; Cod. Civ. Fr. artt. 1250 e 1251. Direito do subrogado á totalidade do credito. Cod. Civ. art. 781; Cod. Civ. Fr. art. 1250. Direito do credor que só foi pago em parte. Cod. Civ. art. 782; Cod. Civ. Fr. art. 1252. Subrogação de obrigações indivisíveis. Cod. Civ. art. 783. Direitos dos subrogados em diversas porções do mesmo credito. Cod. Civ. art. 784.

3 lições.

**61. Da cessão.** Suas características. Cod. Civ. art. 785. Creditos litigiosos, o que sejam? Cod. Civ. art. 788; Cod. Civ. Fr. art. 1700. Pessoas a que não podem ser cedidos. Cod. Civ. art. 785 § un.; Ord. L. 4 tit. 10 § 3.º e L. 3 tit. 39. Fundamento d'esta excepção. Direito do devedor de obrigação litigiosa cedida por titulo oneroso. Cod. Civ. art. 786; Cod. Civ. Fr. artt. 1699 e 1701. Effeitos da cedencia: *a)* Em relação aos cessionarios. Cod. Civ. artt. 789, 790, 791, 2.ª parte e 793; Cod. Civ. Fr. art. 1692. *b)* Em relação ao devedor. Cod. Civ. artt. 789 e 791, 1.ª parte. *c)* Em relação a terceiros. Cod. Civ. artt. 789 e 791; Cod. Civ. Fr. art. 1691. Responsabilidade do cedente: *a)* Pela existencia e legitimidade do credito. Cod. Civ. artt. 794, 1555 e 1558; 1468, 1142 e 1143; Cod. Civ. Fr. artt. 1693 e 1694. *b)* Pela insolvencia do devedor. Cod. Civ. artt. 795, 708 e 844, n.º 6.º.

**62. Confusão de direitos e obrigações.** Em que consiste? Cod. Civ. artt. 796, 2299 e seguintes, 2241, n.º 3.º e 2279 n.º 2.º. Seu fundamento L. 75 e 95 § 2.º D. *de solut.* Seus effeitos: *a)* Em relação ao fiador. Cod. Civ. artt. 797 e 854; Cod. Civ. Fr. art. 1301. *b)* Quando se reúnem no mesmo individuo as qualidades de fiador e credor. Cod. Civ. art. 798; Cod. Civ. Fr. art. 1301. *c)* Em relação ás obrigações e creditos solidarios. Cod. Civ. art. 799.

2 lições.

**63. Da novação.** Suas características e especies. Cod. Civ. artt. 802, 803, 806, 810, 812 e 813; Cod. Civ. Fr. artt. 1271,



1273 e 1277. Da novação por substituição do devedor. Cod. Civ. artt. 804 e 805; 747 e 779; Cod. Civ. Fr. artt. 1274, 1275 e 1276; Proj. do Cod. Hesp. artt. 1135 e 1136. Excepções que lhe competem. Cod. Civ. art. 814. Efeitos da novação: a) Em relação à dívida principal e seus acessórios. Cod. Civ. art. 807; Cod. Civ. Fr. art. 1278. b) Em relação aos devedores solidários. Cod. Civ. artt. 808 e 809.

**64.** *Do perdão e da renúncia.* Sua definição. Cod. Civ. artt. 815 e 182; Proj. do Cod. Hesp. art. 1142. A que pessoas pode ser concedido e seus efeitos. Cod. Civ. artt. 816, 817, 835 e 845; Cod. Civ. Fr. art. 1287.

2 lições.

**65.** *Da caução ou garantia dos contractos.* O que seja? Cod. Civ. artt. 818, 855, 873 e 888. Da *fiança*: sua natureza e espécies. Cod. Civ. artt. 818; 824, 58 e 59; 844, n.º 3.º. Nullidade da fiança, quando recae em obrigação que não seja válida. Cod. Civ. art. 822; Ord. L. 4 tit. 48 § 1.º e L. 4 tit. 50 § 2.º; L. 25 D. de *fidejuss.*; Cod. Civ. Fr. art. 2012; Proj. do Cod. Hesp. art. 1735.

**66.** *Pessoas que podem affiançar.* Cod. Civ. artt. 819 e 820; 663, 1193 e 1194; Ord. L. 4 tit. 61 pr. e §§ 2.º a 6.º; Cod. Com. art. 18. Para se estipular não é essencial o consentimento do devedor. Cod. Civ. artt. 821, 747 e 779, n.º 1.º; Cod. Civ. Fr. art. 2014. Meios por que se prova. Cod. Civ. artt. 826, 2404, 1534 e 1643. Abonação, o que seja? Cod. Civ. art. 827. Sua forma e meios por que se prova. Cod. Civ. artt. 828 e 648; 829.

**67.** *Efeitos da fiança, em relação ao fiador e ao credor.* Direitos do fiador: a) Ao benefício da excussão. Cod. Civ. art. 830; Ord. L. 4 tit. 59 pr. e §§ 2.º e 3.º; Cod. do Proc. Civ. art. 3 § 4.º; Cod. Civ. Fr. art. 2021. b) Direito de chamar o devedor à auctoria. Cod. Civ. artt. 832 e 841; Cod. do Proc. Civ. artt. 322 e 326. c) De nomear a penhora bens do devedor. Cod. Civ. artt. 839 e 841 § un.

**68.** *Efeitos da transacção celebrada entre o credor e o devedor, ou entre o credor e o fiador.* Cod. Civ. artt. 834, 836, 1710 e 1716. Responsabilidade dos fiadores solidários; casos em que o demandado póde implorar o *benefício da divisão*. Ord. L. 4 tit. 59 § 4.º; L. 10 C. de *fidejuss.* Cod. Civ. Fr. art. 2025; Nov.

Ref. Jud. art. 658; Cod. Civ. artt. 835, 836, 721 e 752; Cod. do Proc. Civ. artt. 322 e 326.

**69.** *Efeitos da fiança em relação ao devedor e ao fiador.* Direitos do fiador: a) Depois de haver pago a dívida. Cod. Civ. artt. 838, 839 e 840; Cod. Civ. Fr. artt. 2028, 2029 e 2030; Proj. do Cod. Hesp. artt. 1752 a 1754. Restrições d'estes direitos. Cod. Civ. artt. 841 a 843. Cod. Civ. Fr. art. 2031; Proj. do Cod. Hesp. artt. 1753, 1755 e 1756. b) Antes de haver pago. Cod. Civ. artt. 844, 825, 711 e 732, 830 e 838; 1139 e 2221.  
4 lições.

**70.** *Efeitos da fiança em relação aos fiadores entre si.* Direito do fiador que paga a dívida na sua totalidade. Ref. Jud. art. 658; Cod. Civ. Fr. art. 2033; Proj. do Cod. Hesp. art. 1758; Cod. Civ. artt. 845, 835, 754, 779, n.º 1.º e 747. Direito dos outros comfiadores. Cod. Civ. artt. 846, 835 e 841; Proj. do Cod. Hesp. art. 1759. Responsabilidade do abonador para com os comfiadores. Cod. Civ. artt. 847 e 829; Proj. do Cod. Hesp. art. 1760.

**71.** *Da extinção da fiança:* a) Pela extinção da obrigação principal. Cod. Civ. Fr. art. 2034; Proj. do Cod. Hesp. art. 1761; Cod. Civ. artt. 848, 763, 768, 781, 797, 807 e 816. b) Pela acceitação de qualquer coisa em pagamento. Cod. Civ. Fr. art. 2038; Proj. do Cod. Hesp. art. 1763; Cod. Civ. art. 850. c) Pela exoneração de algum dos fiadores, sem consentimento dos outros. Proj. do Cod. Hesp. art. 1764; Cod. Civ. artt. 851, 817 e 845. d) Pela *moratoria* concedida ao devedor. Cod. Civ. art. 852; Proj. do Cod. Hesp. art. 1765. e) Quando por facto do credor os fiadores não puderem ficar subrogados nos seus direitos. Cod. Civ. Fr. art. 2037; Proj. do Cod. Hesp. art. 1766; Cod. Civ. artt. 853, 838, 839 e 1026 n.º 2.º.

2 lições.

**72.** *Do penhor.* Definição e características. L. 5. pr. D. *de pign. et hypoth.*; Cod. Civ. Fr. art. 2071; Proj. do Cod. Hesp. art. 1771; Cod. Civ. art. 875. Seus requisitos: a) Quanto às pessoas. Cod. Civ. artt. 855, 859, 821, 895, e 779 n.º 1.º b) Quanto à forma. Cod. Civ. artt. 857 858, 715, 773, 774 e 777; Cod. Civ. Fr. art. 2074; Proj. do Cod. Hesp. art. 1774. c) Quanto ao objecto. Cod. Civ. artt. 856, 373 e 377. Direitos do credor. Proj. do Cod. Hesp. artt. 1775 a 1778; Cod. Civ. artt. 860, 863 e 864, 866; 481, 510, 484 e seguintes, 498, 499; e 741. Res-

ponsabilidade do credor. Cod. Civ. Fr. artt. 2080 e 2082 ; Cod. Civ. artt. 861, 866 e 867. Direitos do devedor. Cod. Civ. artt. 862, 865, 867 e 870. Restituição do penhor e seus efeitos. Cod. Civ. artt. 871 e 872.

**73.** *Da consignação de rendimentos:* Sua fôrma e requisitos. Cod. Civ. artt. 873 e 875. Direitos do consignante e do consignatario. Cod. Civ. artt. 874 e 875. Tempo que pode durar. Cod. Civ. art. 876. Quando termina? Cod. Civ. art. 877.

3 lições.

FIM.